

Por Aileda de Mattos Oliveira

Impossível termos palavras alentadoras, quando se mantêm a impunidade dos cínicos e a inação de um povo que os torna mais canalhas. Temos, apenas, parcelas de indignados.

Vejam as instituições: destroçadas pela avidez da esquerda, na rapina do último centavo do contribuinte. É a mesma esquerda que, há quarenta e sete anos, numa violenta ação de ódio, privou um jovem do convívio familiar e deixou uma família enlutada. Às futuras gerações, fica o legado do atraso, registro do ciclo histórico, quando essas abomináveis criaturas colaram-se ao poder.

Por elas que, com selvageria, destruíram lares e hoje gozam dos benefícios do cargo, passamos a compreender o porquê de as leis serem intencionalmente elaboradas sem a integridade de seus conteúdos, a fim de, pelas lacunas, os legisladores, governo e apadrinhados poderem safar-se do dolo e ficar a salvo da punição.

O Brasil é o celeiro da inveja, da corrupção, pela ausência de formação moral de nocivas criaturas que mergulharam parte do povo na escravidão do assistencialismo, e em razão da troca de favores entre privilegiados, extinguiram a meritocracia.

Tornaram a impunidade a maneira brasileiríssima de defender direitos humanos e de 'fazer justiça' aos meliantes. Tornaram a incoerência a forma de raciocínio, zombando da vida inteligente que resiste aos escombros da estupidez.

Essas são as marcas patológicas da esquerda, inculta, projetadas na mente da massa imatura para a impregnarem de seus não valores.

Características alimentadas pela imprensa, até aquela que se diz sadia, por achar-se imparcial. Engano. Imparcialidade jornalística é algo impossível de resistir num país destroçado pelo comércio de negócios escusos, centralizado no próprio antro governamental.

A VEJA (13/5/2015, p. 48), na reportagem "A porta é estreita", criticou a indicação de Fachin, considerado "animal exótico" (p. 49), e expôs as "questões vitais" (p. 51) do escolhido pela presidente Dilma, a mesma que, ao tempo da violenta guerrilha urbana, encoberta por codinomes, foi protagonista de várias ações terroristas.

Pela vida pregressa da madrinha, sabíamos, de antemão, o caráter do afilhado.

A reportagem mostrou o perfil de Fachin como inadequado a um STF, mas afirmou que o governo Médici "foi o mais duro do regime militar, com flagrantes desrespeitos aos direitos humanos" (p. 51).

Que contradição! Faz oposição à escolha de Fachin, pelo prenúncio da desordem na jurisprudência, porém, oculta as intenções de Dilma (ainda permanentes nela) de destruição das leis constitucionais, quando, ainda, fora da lei.

O que fazer naquela época? Entregar o Estado às facções armadas, constituídas pelas mesmas criaturas, que hoje, destroem as instituições exemplares do país e escolhem Fachin para o Supremo, ou manter o Estado íntegro e desintegrar as facções?

A acusação injusta a um governo que livrou a nação de mais desatinos dessa mulher e camaradas, já inserida entre os responsáveis pelo assassinato do jovem Mário Kozel Filho, sentinela no Quartel-General do II Exército, em 26 junho de 1968, mostra a instabilidade crítica da reportagem.

Por isso, caros Sr. e Sr.^a Mário Kozel, para gente de tal quilate, que tem contas a ajustar com a justiça, não desejamos punição pelas jocosas leis brasileiras, mas pela infalível ação bumerangue. Quem faz, paga! É só esperar!

Prof.^a Dr.^a Aileda de Mattos Oliveira. Vice-Presidente da Academia Brasileira de Defesa.

